



**6º EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE  
**TEMA: PANDEMIA NA PAN-AMAZÔNIA E CARIBE:  
ENTRE NARRATIVAS, LEGISLAÇÕES E PRÁTICAS INTERVENTIVAS**  
**Dias 27,28 e 29 de outubro de 2021**  
**Manaus-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil  
**www.eppac.com.br**

## **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: AVANÇOS LEGAIS E OS DESAFIOS NA CIDADE DE MANAUS**

Shirley Vitória Teixeira de Menezes<sup>1</sup>  
Thales Rosário Garcia da Silva<sup>2</sup>  
Profa. Msc. Geisiane Tavares Soares<sup>3</sup>

**RESUMO:** Com a promulgação e efetivação da Política Nacional da População em Situação de Rua através do decreto nº 7.053 de 2009, passou a constituir uma rede de proteção social voltado para esse público tão marginalizado e invisível que são as pessoas em situação de rua. o artigo tem por objetivo caracterizar a população em situação de rua das zonas centro-oeste e oeste de Manaus. O método utilizado foi o materialista histórico dialético, que compreende a historicidade dos processos sociais. A coleta de dados se deu a partir do relatório do Instituto Silvério de Almeida Tundis – ISAT, que se baseou na pesquisa de campo foi utilizada a observação participante no período de outubro de 2018 a março de 2019, nas zonas centro-oeste e oeste de Manaus. Conclui-se que, há um grande desafio para o poder público, pois, mesmo com avanços na legislação, ainda se faz necessário a criação de mecanismo que possam mensurar o quantitativo real desse público, bem como a instalação de equipamentos públicos que possam atender suas necessidades e demandas.

**Palavras-Chave:** Pessoas em situação de rua, Assistência Social, Serviço Social.

**ABSTRACT:** With the promulgation and implementation of the National Policy of the Homeless Population through decree no. 7,053 of 2009, it became a social protection network aimed at this public so marginalized and invisible that they are people in street situations. the article aims to characterize the homeless population of the midwest and west of Manaus. The method used was the dialectical historical materialist, which comprises the historicity of social processes. Data collection was based on the report of the Silvério de Almeida Tundis Institute – ISAT, which was based on field research, participant observation was used from October 2018 to March 2019, in the midwest and west of Manaus. It is concluded that there is a great challenge for the public authorities, because, even with advances in legislation, it is still necessary to create a mechanism that can measure the real quantity of this public, as well as the installation of public equipment that can meet their needs and demands.

**Keywords:** Homeless people, Social Assistance, Social Work.

---

<sup>1</sup> Assistente social, Pós-Graduada no curso de especialização em Assistência Social e Família pelo Centro Universitário- FAMETRO, e-mail: [shirleyvitoriamenezes@gmail.com](mailto:shirleyvitoriamenezes@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social, Pós-Graduado no curso de especialização em Assistência Social e Família pelo Centro Universitário- FAMETRO, e-mail: [thalesrosario2@hotmail.com](mailto:thalesrosario2@hotmail.com)

<sup>3</sup> Administradora, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia pela UFAM, e Docente de Metodologia da Pesquisa Científica, e-mail: [geisiane.soares1@gmail.com](mailto:geisiane.soares1@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

As constantes transformações do sistema capitalista, resulta em expressões da questão social, gerando uma parcela da população que se encontram em diversas situações de vulnerabilidade social, como é o caso das pessoas em situação de rua. No Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016) estima-se que exista 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil.

Na região Norte, concentra-se cerca de 4% da população nacional em situação de rua, considerando que tais dados podem ser ainda maiores, visto que, baseia-se somente nos dados dos usuários inscritos no Cadastro Único, disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS.

Nesse sentido, se faz necessário conhecer cada vez mais esse público, a fim de criar estratégias efetivas para o acesso as políticas, uma vez que muitas vezes são invisíveis a sociedade e ao poder público, assim o presente trabalho tem como objetivo Geral : Caracterizar a população em situação de rua das Zonas Centro-Oeste e Oeste de Manaus, tendo por objetivos específicos: contextualizar a população em situação de rua; identificar essa população das zonas Centro-Oeste e Oeste de Manaus e pontuar o acesso aos serviços da política de Assistência Social.

O método utilizado na elaboração e análise da pesquisa foi o materialista histórico-dialético, que compreende a historicidade dos processos sociais e conceitos, para isso, foi necessária uma abordagem quanti-qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Sendo, a coleta de dados para a caracterização da população em situação de rua na cidade de Manaus, a partir do relatório do Instituto Silvério de Almeida Tundis – ISAT, com uma pesquisa de campo, observacional no período de outubro de 2018 a março de 2019, nas zonas centro-oeste e oeste de Manaus, com amostra corresponderam a 115 pessoas, na faixa etária de 15 a 80 anos.

Dar visibilidade a esse grupo é garantir que os mesmos possam superar as suas vulnerabilidades sociais por meio do acesso a rede socioassistencial, visto que é garantido o serviço de proteção a população em situação de rua. Assim esperasse que o presente trabalho venha contribuir e desmitificar preconceitos a respeito da população em situação de rua.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Um recorte sobre a contextualização da População em situação de Rua

No Brasil a construção de condições que ocasionalmente passou a inserir indivíduos nessa condição ocorreu também através da relação do capital versus trabalho (PEREIRA, 2008). As pessoas em situação de rua ganharam visibilidades no Brasil, a partir da metade da década de 1990<sup>4</sup>, após ser percebido como uma das expressões da Questão Social mais antigas do mundo, e posteriormente, objeto de trabalho dos assistentes sociais, uma vez que suas causas e consequências possuem desdobramentos (IAMAMOTO, 2012):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, pois os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resiste e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

A partir desse período histórico passou a ser elencados os fatores que levavam as pessoas a essa condição.

Um mapeamento foi realizado sobre o fenômeno da população em situação de rua a partir dos anos 2000, porém a temática só ganhou um destaque maior, quando ocorreu uma tragédia conhecida como “Chacina na Praça da Sé”<sup>5</sup> em 2004, ganhando atenção do poder público. Outros mecanismos passaram a ser criados para garantir os direitos sociais aos mesmos, como por exemplo, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que passou a discutir com os pesquisadores e poder público as reais demandas que os mesmos possuem, fazendo com que o MNPR adquirisse um protagonismo decisivo na garantia de seus direitos.

Em 2005 ocorreu o I Encontro Nacional sobre a População em situação de rua – ENPR, organizado pela Secretaria Nacional da Assistência Social (SNAS/MDS), teve como intuito criar estratégias na construção de políticas públicas para a

---

<sup>4</sup> Antes de 1990 existiam leis brasileiras que coíbiam e taxavam pejorativamente as pessoas em situação de rua como os artigos 296 do Código Criminal do Império de 1930, que coibia a “vadiagem” e mendicância. Em 1970, o Código de Processo Penal, nos artigos 59 e 60 das Leis de Contravenções Penais criminalizou a pobreza, os andarilhos e mendigos.

<sup>5</sup> Em 19 de Agosto de 2004, sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas, sem qualquer motivo que justificasse tamanha covardia” conforme Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.

população em situação de rua. O resultado do encontro se materializou por meio da 1ª normativa voltada aos mesmos, alterando o Art. 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sendo acrescentado a criação de programas de amparo à população em situação de rua por meio da Lei 11.258/2005.

Em 2006 ocorreu a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, com objetivo de formular propostas de políticas públicas para a população de rua sob diversos direitos. Neste mesmo ano, o MDS estabelece por meio da Portaria Nº 381 serviços de acolhimento para a população em situação de rua, buscando instituir em todo território brasileiro os Centros de Referência Especializado para a população em situação de rua – CREAS- POP.

De 2007 a 2008 são realizadas pesquisas que serviram como subsídio para a formulação e instituição da Política Nacional da População em situação de Rua – PNPSR por meio do Decreto nº 7.053 de 2009, passando a definir o atendimento descentralizado no acesso as políticas públicas , como também fazendo com que os representantes do poder público reconhecem os mesmos como cidadãos de direitos, almejando a visibilidade social, com o propósito de desmitificar o preconceito e a discriminação aos mesmo. Segundo dados do ano de 2016 do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA:

Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores.

Na Região Norte habitam apenas 4,32% da população nacional em situação de rua”, porém esse quantitativo ainda não se configura como uma amostragem real, visto que, o mapeamento tem suas implicações e pode não representar o recorte sem erros.

## **2.2 As Zona Centro-Oeste e Oeste de Manaus**

Com o processo de expansão econômica inicialmente através de incentivos para a ocupação da Amazônia que visassem o domínio do brasileiro, para que não houvesse a ocupação de demais países (GIBBS; AMAZONAS, 2015). Ao longo de seu crescimento momentos que trouxeram grandes transformações para a cidade que

foram o período da Borracha e a criação do Polo Industrial de Manaus, além dos processos migratórios, da Brasil e de outros países estrangeiros.

A divisão das zonas administrativas se deu através do Decreto Municipal de nº 2.924 de 07 de agosto de 1995, na qual se divide em seis zonas, sendo elas: Zona Norte, Leste, Oeste, Centro-Oeste, Sul, Centro – sul.

Segundo GeoManaus (2002), a zona Centro-Oeste compreende os bairros: Dom Pedro I, Alvorada, Planalto, Redenção e da Paz, tendo dois hospitais de referência em saúde, caracterizados por conjuntos habitacionais unifamiliares e pelo comércio. Na zona Oeste compreende os bairros: São Raimundo, Glória, Santo Antônio, São Jorge, Vila da Prata, Compensa, Santo Agostinho, Nova Esperança, Lírio do Vale, Ponta Negra e Tarumã, se caracteriza por ser a maior zona em superfície, sendo considerado área nobre com grande variedade de hotéis, shopping, ponto turístico e aeroporto.

### **2.3 Caracterização da População em Situação de Rua das Zonas-Oeste e Oeste de Manaus.**

Na cidade de Manaus, o Instituto Silvério de Almeida Tundis – ISAT é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que desenvolve serviços e atividade voltadas às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, e através do termo de colaboração com o Ministério Público do Trabalho<sup>6</sup> passou a desenvolver tal serviço de abordagem social a população de rua, que segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, a define como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Tal política garante os processos de participação e controle social, possuindo princípios que perpassam a igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e

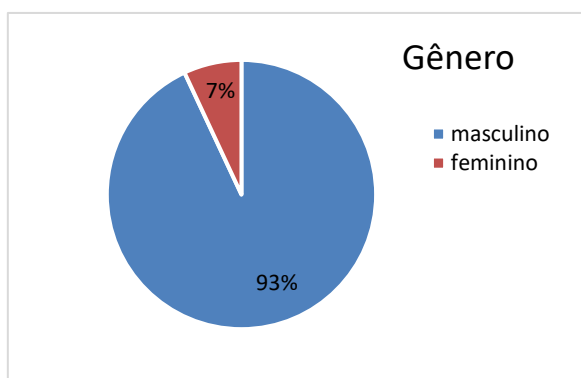
---

<sup>6</sup> Conteúdo presente no site: <https://portal.trt11.jus.br/index.php/comunicacao/noticias-listas/3511-instituicoes-filantropicas>. Fotos: <https://www.flickr.com/photos.trt11/sets/72157698724171302>. Termo de colaboração: <https://bit.ly/2HNMfKE>. Termo de colaboração: edição nº 2.195, pag. 45 de 13 de dezembro de 2018 no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Processo número: 0000756-46.2018.5.11.0013.

respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

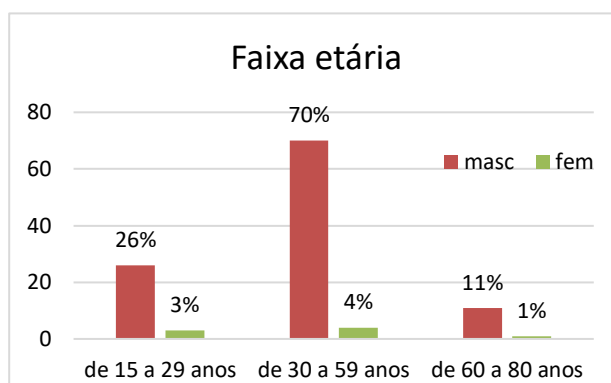
A questão da população em situação de rua deve-se, portanto, ser compreendida em suas múltiplas dimensões, prevalecendo sua história de vida e resguardando seus direitos e deveres básicos. Ao realizarmos a pesquisa, foi possível identificar que entre as 115 (cento e quinze) pessoas, 64% predomina o gênero masculino (gráfico I), com idades entre 30 a 59 anos (gráfico II).

Gráfico I – Gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

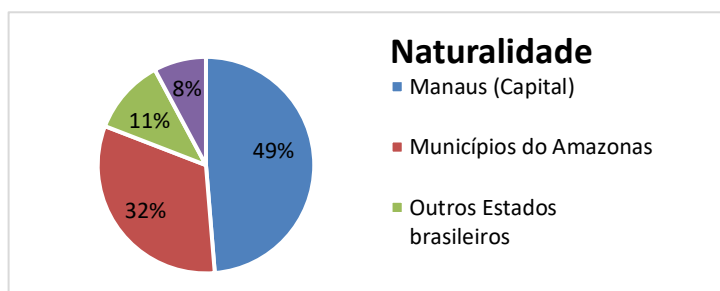
Gráfico II – Faixa Etária.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Pondera-se que são diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, famílias com vínculos fragilizados, êxodo rural, entre outros (BURSZTYN, 2003), desta maneira, constituem uma enorme gama de pessoas que vivenciam o cotidiano das ruas e que são advindos de todas as partes do próprio Estado, País e até mesmo do exterior, conforme demonstra o gráfico III abaixo:

Gráfico III - Naturalidade da População em situação de Rua das zonas Centro-Oeste e Oeste de Manaus.



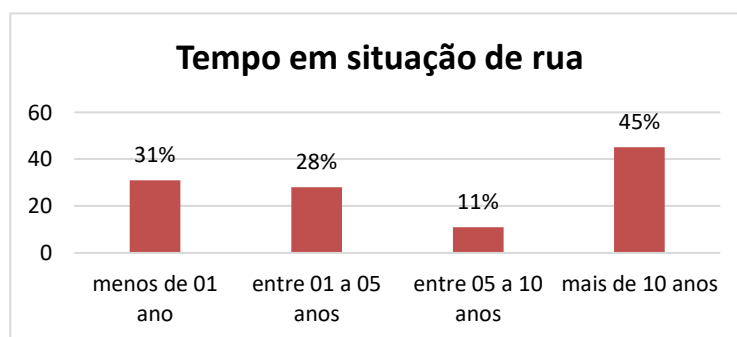
Fonte: Elaborado pelos atores, 2019

O tempo de permanência na rua também é uma variável importante a ser considerada nesta pesquisa, pois conforme a autora Marisa Borin:

Quanto mais tempo na rua, mais as memórias do passado desaparecem, sendo substituídas por novas experiências vividas. Da mesma forma que o passado e o presente vão se tornando desvinculados um do outro, também as relações do presente com o futuro perdem continuidade e clareza. (BORIN, 2003, p. 50).

De forma sucinta, pode-se afirmar que o tempo acaba por determinar as chances de um indivíduo sair rapidamente da rua, quanto menor o tempo de rua, maiores as probabilidades que este possa restituir seus vínculos familiares e sociais, e quanto maior o tempo, menores as chances. Do público-alvo da pesquisa, 45% relatam que já se encontram em situação de rua há mais de 10 anos, enquanto 31% afirmam estarem na atual condição menos de um ano, conforme gráfico abaixo

Gráfico IV – Tempo das pessoas em situação de rua nas das Zonas Centro-Oeste e Oeste de Manaus



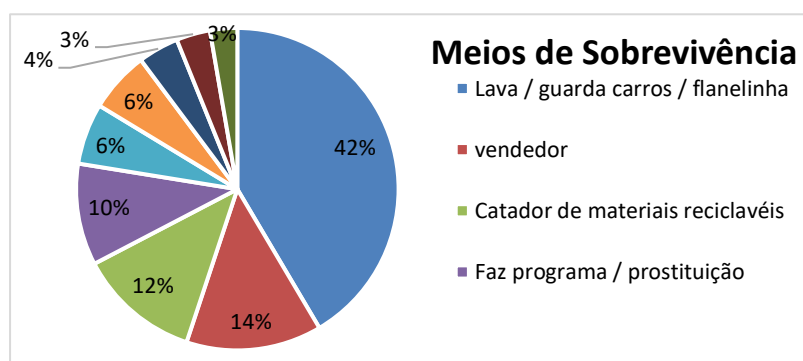
Fonte: Elaboração própria dos autores, 2019

Outro aspecto bastante significativo refere-se à escolaridade dos usuários apenas 7% não eram alfabetizados, 30% possuíam ensino fundamental incompleto, 19% fundamental completo, 25% o ensino médio incompleto, 14% ensino médio completo, enquanto 4% ensino superior completo e 1% com ensino superior incompleto.

A população em situação de rua é também caracterizada pelo fato de sobreviver a partir de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas (BURSZTYN, 2003), são notórias que tais atividades podem assumir várias formas, ditas como lícitas ou ilícitas, formais ou informais. Muitas pessoas, inclusive, sobrevivem de doações, de esmolas, de pequenos furtos, ou mesmo do tráfico de drogas, colocando suas vidas em risco pessoal.

O gráfico abaixo demonstra os meios de sobrevivência mais comum de acordo com a vivência de cada usuário.

Gráfico V – Meios de sobrevivência.



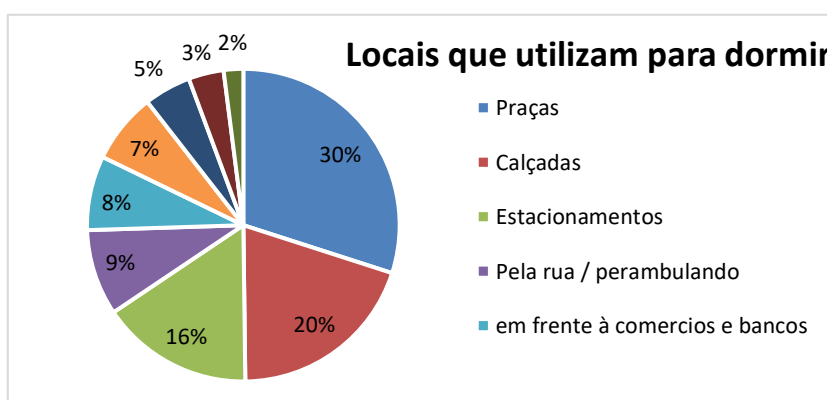
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019

Referente aos locais que as pessoas em situação de rua utilizam para dormir, a Política Nacional para a População em Situação de Rua de 2009 ressalta o seguinte:

[...] utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Art. 1º, Parágrafo único).

Conforme o gráfico abaixo, os locais mais comuns utilizados para dormir ou descansar estão os bancos das praças (30%), calçadas (20%), estacionamentos (16%), em frente à comércios e bancos (8%), nas sinaleiras (7%), embaixo das pontes ou viadutos (5%), em locais abandonados (3%) e na beira do rio (2%).

Gráfico VI – Locais que utilizam para dormir.



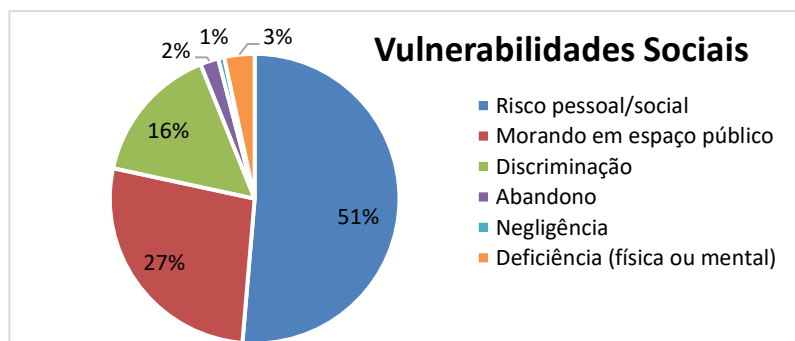
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.



Ao que tange as vulnerabilidades sociais, o Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social de 2007, descreve como diversidade de “situações de risco” determinadas por fatores de ordem física, seja pelo ciclo de vida, pela etnia, por opção pessoal, como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, dificultando o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade.

As condições de vulnerabilidades sociais mais recorrentes pelas pessoas em situação de rua das Zonas Centro-Oeste e Oeste, destacam-se: o risco pessoal/social (51%), residindo em espaço público (27%), seguido da discriminação (16%), abandono (2%) e a negligência (1%), são situações frequente à realidade de cada indivíduo. Ressalta-se que dentro deste levantamento, 3% são pessoas que possuem algum tipo de deficiência e por omissão ou ação, acabaram por estar na situação de rua.

Tabela VII – Vulnerabilidades sociais mais evidenciadas.



Fonte: Elaboração própria dos autores, 2019.

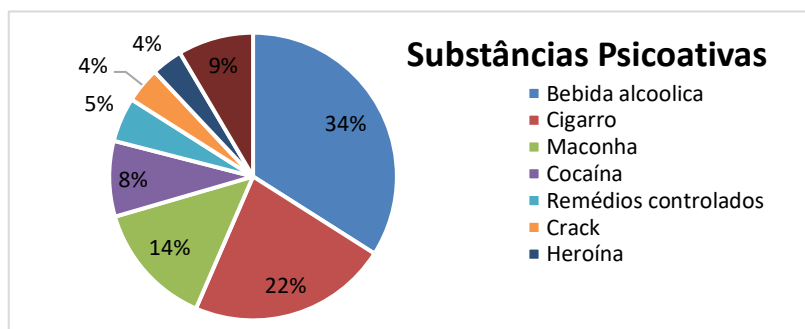
No tocante ao uso e consumo de álcool e outras drogas, o autor Antonelli (2012) aponta que tais substâncias são consideradas como um fator preponderante para que parte da população decida viver na rua, mas os especialistas afirmam também que o vício é consequência e não causa, já que as drogas são uma estratégia de sobrevivência para quem está na rua, é uma forma de tentar fugir da realidade em que se encontram.

Logo podemos dizer que a dependência química é uma das expressões da Questão Social mais grave, que perpassa por toda a sociedade, ocasiona problemas de saúde física, mental, social e psicológica de qualquer indivíduo, seja em situação

de rua ou não. Salientamos que a dependência química é considerada uma doença que não tem cura, somente controle.

Dentre as substâncias psicoativas mais utilizadas pelas pessoas em situação de rua destacam-se: a bebida alcoólica (34%), cigarro (22%), maconha (14%), cocaína (8%), medicamentos controlados (5%), o crack e a heroína (4%), enquanto (9%) relatam que fazem uso de outras substâncias como loló, oxi, etc.

Gráfico VIII – Substâncias psicoativas mais utilizadas pelas pessoas em situação de rua das Zonas Centro-Oeste e Oeste de Manaus.

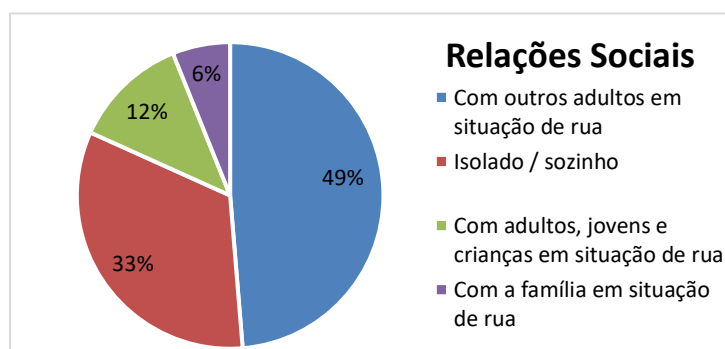


Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Por fim, ao que remete as relações sociais podemos compreender como as diferentes formas de interação que ocorrem em diversos espaços sociais, podendo ocorrer de maneira natural ou através de interesses individuais, Ela resulta num processo de assimilação e identificação, ou seja, quando o ser humano se identifica com tal grupo fazendo parte dele. (IAMAMOTO, 2012).

Nesta perspectiva, as relações sociais das pessoas em situação de rua podemos considerar que 49% preferem ficar com outros adultos em situação de rua, enquanto 33% sozinhos, 12% com adultos, jovens e crianças e apenas 6% com sua família, conforme gráfico a seguir.

Gráfico IX – Relações sociais.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

### 3. CONCLUSÃO

No decorrer do artigo foi abordado sobre a caracterização da população em situação de rua das zonas Centro-Oeste e Oeste de Manaus, entendida como uma das expressões da questão social desencadeada pelo modo de produção capitalista, onde foi possível desvelar a realidade desse grupo, bem como perceber os entraves para o acesso à política de assistência social, há portanto um grande desafio para o poder público, tanto no que se refere as proteções sociais, quanto ao agravante das vulnerabilidades expressas no grupo.

Considerando que o Serviço Social tem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da Questão social, o contexto atual em que vem ocorrendo um agravamento da desigualdade social, crescimento do índice de desemprego e desmonte das políticas e sociais, se faz necessário dar visibilidade a este grupo, a fim de sinalizar a importância de fortalecer as redes, para que a população em situação de rua tenha um acesso de qualidade e com equidade. Sendo por meio deste, desmitificar preconceitos a cerca desse grupo, que tem na rua não apenas seu espaço de moradia, mas também seu espaço de sobrevivência.

### REFERÊNCIAS

- ANTONELLI, Diego. A difícil decisão de viver nas ruas. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-dificil-decisao-de-viver-nas-ruas-2ripfb51stwieu3zsipn88lla>> Acesso em 02 de junho de 2016.
- BORIN, Marisa. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho, 2003.
- BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003b. Cap. 1, p.27-55.
- COLETANIAS DE LEIS. Conselho Regional de Serviço Social: 15º Região Amazonas/Roraima. 3. Ed. – Manaus, Editora Valer, 2013.
- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- CORTIZO, Roberta. Serie WWP Relatos de uso de M&A: A pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua. 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. Perspectivas. Rev de Ciências Sociais: São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 4159.
- Dicionário de termos técnicos da Assistência Social / Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.
- FIGUEIREDO, G. A.; ROLETTI, M. C. B. et al. Belo Horizonte em diálogo com a população em situação de rua: uma tarefa histórica. In: Pensar BH. Especial vida nas ruas. Prefeitura de Belo Horizonte. Ed 29. julho, 2011

GIBBS, Camila Cecilia Mascarenhas; AMAZONAS, Leiliane. População em situação de rua e políticas públicas: Os limites à efetivação dos direitos na cidade de Manaus. Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, 2015.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade e Serviço Social. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016), acessado em 05 de fevereiro de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade? 28.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Relatório do I Encontro Nacional da População em Situação de rua, 2006.

NETTO, Jose Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

PEREIRA, Camila Potyara. Rua Sem Saída: Estudo sobre a relação entre o Estado e a População em situação de rua de Brasília- Dissertação de Mestrado- Universidade de Brasília, Departamento de serviço social, programa de pós-graduação em Política Social, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005. Dissertação de Mestrado- Universidade de Brasília, Departamento de serviço social, programa de pós-graduação em Política Social, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.